

**O EFEITO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA INCONDICIONAL NA
EDUCAÇÃO: CASO DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA DE MARICÁ**

DIEGO RIBAS SMANIOTTO

FGV EBAPE - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

O EFEITO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA INCONDICIONAL NA EDUCAÇÃO: CASO DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA DE MARICÁ

1 INTRODUÇÃO

As transferências de renda têm sido cada vez mais adotadas por governos em todo o mundo como elementos centrais de suas estratégias de redução da pobreza e proteção social. De acordo com Bastagli *et al.* (2016), em 2016, havia cerca de 130 países de baixa e média renda que têm pelo menos um programa não contributivo de transferência incondicional de renda (*unconditional cash transfer* – UCT), incluindo transferências focalizadas no combate à pobreza e pensões sociais para idosos. Há um crescimento na adoção desses programas especialmente alto no continente africano, onde 40 dos 48 países da África Subsaariana tinham em 2016 um UCT, o dobro em relação a 2010. De forma similar, 63 países tinham em 2016 pelo menos um programa de transferência condicional de renda (*conditional cash transfer* – CCT), em comparação com apenas dois países em 1997 e 27 países em 2008. Assim, em 2019, 1,5 bilhão de pessoas em países pobres e em desenvolvimento participavam de pelo menos uma rede de segurança social (Gentilini *et al.*, 2014; 2019).

No que tange às transferências incondicionais, a renda básica universal (RBU) é definida como “uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho” (Van Parijs, 2000, p. 179). É uma renda em dinheiro, não em bens ou serviços, e concedida de forma regular, podendo ser implementada por um país, município, estado ou ente supranacional. Paga de forma individual, independentemente da situação financeira. Independentemente também de se estar trabalhando, ter trabalhado ou de se estar disposto de alguma forma a trabalhar, não sendo obrigado a aceitar propostas de emprego, estar procurando um ou vinculado a algum tipo de capacitação (Van Parijs, 2000).

A RBU se propõe a resolver ou mitigar muitos problemas, a fim de aumentar a justiça nos contratos sociais, o potencial de cobertura das políticas, as relações de poder nos mercados de trabalho, equidade de gênero, desigualdade social, pobreza. Além dos objetivos históricos, a política pode ser uma importante solução para amenizar problemas atuais como as possíveis perdas massivas de postos de trabalho ocasionadas pela automação e inteligência artificial, assim como uma simplificação da burocracia e complexidade das políticas públicas de assistência social (Gentilini *et al.*, 2019).

De forma mais ampla, programas de assistência social podem ser classificados de acordo com três características ou dimensões: a modalidade de transferência que oferecem; de que forma e se são condicionais; e de que forma e se são direcionados. Uma RBU é a combinação de três opções: uma transferência que é fornecida universalmente, incondicionalmente e em dinheiro. Dentro dessa estrutura, as propostas de RBU ainda podem diferir em uma série de parâmetros, como o nível e a frequência da transferência, a idade de elegibilidade e se todos os cidadãos ou residentes estão cobertos (Gentilini *et al.*, 2019).

Banerjee, Niehaus e Suri (2019) argumentam ainda que a universalidade reduziria drasticamente os custos administrativos para manutenção do programa, além de melhorar a economia política da redistribuição, podendo ter um efeito modesto sobre a incidência percebida dos benefícios, ao mesmo tempo que reduz substancialmente o escopo da corrupção e de outros abusos de poder. Segundo Gentilini *et al.* (2019), a universalidade contorna os problemas de erros de exclusão e inclusão que são inerentes às transferências de renda condicionais. Pode ainda eliminar qualquer estigma que afete os beneficiários e reduzir custos de transação envolvidos no acesso aos benefícios. Além disso, uma transferência

universal seria mais compatível com o trabalho do que a maioria dos programas, pois elimina o efeito preço das transferências.

Em 2013, Maricá criou o projeto de economia solidária, o qual atua em quatro eixos: transferência de renda; educação popular; fomento aos empreendimentos coletivos e solidários; e soberania alimentar. No eixo transferência de renda, o Programa de Renda Básica de Cidadania (PRBC) realiza o pagamento de R\$ 200,00 por pessoa para famílias com renda mensal de até três salários mínimos, assim como para a população indígena da cidade. O valor chegou a atingir R\$ 300,00 durante o período mais grave da pandemia. Hoje, aproximadamente 93 mil moradores (cerca de 47% da população) são beneficiados pelo programa através da injeção mensal de R\$ 18 milhões (Maricá, 2023a; Cristiane, 2023). O programa é financiado principalmente por meio dos *royalties* gerados pela exploração das reservas de petróleo, de forma similar ao que ocorre no Alasca, nos Estados Unidos (Gentilini *et al.*, 2019). O benefício é pago através de uma moeda digital denominada Mumbuca, gerida pelo Banco Comunitário Mumbuca. Ela tem paridade com a moeda nacional. A Mumbuca tem circulação restrita ao comércio local, de forma a fomentar a economia do município. E, de toda transação, é cobrada uma taxa de 2%, a qual serve para financiar as políticas de crédito do banco Mumbuca, que oferece crédito para as empresas, com juros de 0% a 1% ao mês, e crédito habitacional sem juros (Costa *et al.*, 2020; Maricá, [2023?]; Silva, 2022).

O objetivo geral do presente trabalho consiste em investigar os efeitos de uma política de transferência incondicional de renda na educação, tomando como base o Programa de Renda Básica de Cidadania do município de Maricá-RJ. Mais especificamente, pretende-se medir o efeito sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Nesse contexto, pretende-se investigar o efeito do Programa de Renda Básica do município de Maricá na educação básica, de forma a avaliar a política pública implementada e seus possíveis efeitos. O método de pesquisa utilizado é o controle sintético (MCS) (Abadie; Diamond; Hainmuller, 2010, 2015; Abadie, 2021).

Utilizaram-se dados do Ideb antes (2005 a 2013) e depois do início do tratamento (2014 a 2021) para a unidade de tratamento (Maricá) e para o conjunto de municípios utilizados para compor o controle sintético, formado por uma média de municípios com características similares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Adato e Bassett (2009) realizaram uma revisão de diversos estudos acerca de 20 programas de transferências de renda em diversos países do mundo com o objetivo de examinar o potencial de sistemas de assistência social para proteger famílias e crianças vulneráveis. Dentre outros resultados, mostrou-se que transferências de renda tem o potencial de melhorar a educação infantil através da cobertura das despesas escolares, da compensação da perda de renda quando as crianças são enviadas para a escola em vez de trabalhar, da garantia que crianças sejam mais bem nutridas na escola e do fornecimento de um incentivo à frequência quando a transferência é condicional.

Em relação às transferências de renda incondicionais, foram encontrados os seguintes resultados. Em um distrito da África do Sul, o programa Child Support Grant (CSG) foi associado a um aumento de 8,1 p.p. nas matrículas de crianças de 6 anos e de 1,8 p.p. para crianças de 7 anos. Em dados nacionais, o mesmo programa CSG, conjuntamente com o Old Age Pension, foi associado a uma redução de 25% de crianças não matriculadas na escola. Na Zâmbia, o programa piloto Social Cash Transfer Scheme foi responsável pelo aumento nas matrículas de 8 p.p. para adolescentes entre 14 e 15 anos e de 10,4 p.p. entre 5 e 6 anos.

As transferências de renda condicionais estão normalmente atreladas às matrículas e a uma frequência escolar mínima. Para a mesma revisão mencionada anteriormente, os resultados

para as CCTs foram as seguintes. O Programa de Educación, Salud y Alimentación (Progresá) do México resultou em um aumento de 9,3 p.p para meninas e 5,8 p.p para meninos nas taxas de matrículas, assim como também reduziu as taxas de evasão escolar, a repetição de série e o trabalho infantil. A Red de Protección Social (RPS) da Nicarágua, com subsídios apenas para o ensino fundamental, aumentou o número de matrículas em 12,8 pontos percentuais líquidos. Os impactos foram maiores para os extremamente pobres, com 25 p.p. O RPS também aumentou as taxas de frequência escolar em 20 p.p., em média, e em 33 p.p. para os extremamente pobres. O Bolsa Escola, no Brasil, também teve alguns impactos positivos na frequência escolar, nas taxas de evasão e na aprovação escolar. O Familias en Acción, da Colômbia, teve um impacto na matrícula no ensino médio de 5,2 p.p. nas áreas urbanas e 10,1 pontos nas áreas rurais. O programa Bono de Desarrollo do Equador aumentou as matrículas no ensino fundamental em 9,8 a 12,8 pontos percentuais e reduziu o trabalho infantil em 15,4 a 20,6 pontos. No Camboja, o programa Scholarships for Girls aumentou o número de matrículas no ensino médio em 22 a 33 p.p. Uma avaliação do programa Reaching Out of School Children (ROSC) de Bangladesh não constatou nenhum impacto nas áreas que recebiam apenas subsídios para as escolas, mas nas áreas com subsídios para as escolas e ajuda de custo para os alunos, o projeto induziu um aumento médio de 8,9 pontos percentuais nas matrículas do ensino fundamental para crianças de 6 a 14 anos. Na Turquia, um programa CCT aumentou a matrícula de meninas no ensino médio em 10,7 p.p. Nas áreas rurais, o programa aumentou a matrícula dos beneficiários em 16,7 p.p. (Adato; Bassett, 2009).

Em relação ao programa Bolsa Escola (CCT do Brasil que transferia renda para famílias pobres condicionado a frequência escolar), o estudo de Cardoso e Souza (2009) estimou como efeito médio do tratamento um aumento de 3 p.p. na frequência escolar das crianças (de 92% para 95% para meninos e de 93% para 96% para meninas). No entanto, nenhuma diferença foi constatada para o trabalho infantil. Na mesma linha, Janvry, Finan e Sadoulet (2006) estimaram uma redução de 7,8 p.p. na evasão escolar e de 0,8 p.p. nas taxas de reprovação. De acordo com os autores, os resultados podem ser atribuídos ao fato de que o incentivo em dinheiro ajudou a manter na escola crianças menos capazes e motivadas que, de outra forma, teriam abandonado os estudos. Foi identificado também um pequeno efeito negativo na reprovação.

Em outra revisão de artigos sobre os efeitos das transferências de renda, o Overseas Development Institute do Reino Unido avaliou as evidências sobre os efeitos das transferências em indivíduos e famílias por meio de uma análise da literatura de 15 anos, de 2000 a 2015. Com foco em transferências monetárias não contributivas, incluindo transferências condicionais e incondicionais. No que diz respeito aos indicadores de educação, 42 artigos foram revisados. Esses estudos se referem a 27 programas, abrangendo 20 países do Leste Asiático e do Pacífico, da América Latina e do Caribe, do Oriente Médio e do Norte da África, da África Subsaariana e do Sul da Ásia; em muitos casos, incluindo vários estudos sobre o mesmo programa. Em geral, as evidências extraídas mostraram que as transferências de renda levam a um aumento da frequência escolar no curto prazo. Dos nove estudos que analisaram uma medida de absentismo escolar, todos os quatro que encontraram efeitos significativos envolveram reduções. Entre os estudos que mediram a frequência escolar (16 artigos), todos os 10 com impactos significativos, com exceção de um, foram positivos. No entanto, não se encontrou um padrão de impacto claro para os resultados de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo; em parte, porque eles resultam de uma interação dinâmica entre fatores biológicos, sociais e ambientais, incluindo aí a qualidade dos serviços prestados. Cinco estudos examinaram o efeito geral das transferências de dinheiro nas pontuações dos testes; quatro deles avaliaram a matemática (com nenhum resultado significativo); três avaliaram linguagem (com dois resultados significativos, mas opostos); e um estudo avaliou uma pontuação mista de testes, (sem resultado significativo). Cinco estudos forneceram uma estimativa do efeito geral sobre o

desenvolvimento cognitivo; desses, três estudos encontraram um efeito positivo estatisticamente significativo nos testes de desenvolvimento cognitivo (Bastagli *et al.*, 2016).

Bastian e Micheltore (2018) analisaram os efeitos de longo prazo na infância do programa Earned Income Tax Credit (EITC) dos Estados Unidos. Usando a variação nos benefícios federais e estaduais do EITC ao longo do tempo por tamanho de família, os resultados indicam que o EITC proporciona uma melhoria significativa para as crianças. E essas melhorias persistem na idade adulta. Após um aumento de US\$ 1.000 na exposição ao EITC, entre as idades de 13 e 18 anos, indivíduos têm uma probabilidade 1,3% maior de concluir o ensino médio aos 20 anos e 4,2% maior de concluir um curso superior aos 26 anos. Esses ganhos educacionais também se traduzem em aumentos no emprego e nos rendimentos na idade adulta. Houve um aumento de 1,0% na probabilidade de estar empregado entre as idades de 22 e 27 anos e um aumento de US\$ 560 (ou 2,2%) nos ganhos médios anuais.

Em um experimento randomizado realizado pelo Ministério da Educação do Marrocos em 600 comunidades (Benhassine *et al.*, 2015), os resultados mostraram que uma transferência de dinheiro destinada à educação e feita para famílias de crianças em idade escolar primária em áreas rurais teve um impacto muito grande na participação escolar, mesmo apesar de a transferência não estar condicionada à frequência e ter sido de um valor relativamente pequeno. O programa piloto implementado era incondicional, mas mantinha um endosso implícito à educação devido ao procedimento de inscrição ter sido administrado pelos diretores das escolas, podendo ser classificado como uma transferência de renda rotulada (*labeled cash transfer* – LCT). O estudo concluiu também que acrescentar condições de frequência tende a diminuir o impacto geral sobre a participação e o aprendizado, assim como concluiu que focalizar o programa nas mães não faz diferença. Além disso, comparando com as transferências de renda condicionais, a LCT é mais econômica que uma CCT padrão, tanto porque exige transferências de valores mais baixos quanto porque os custos administrativos são muito menores. A condicionalidade ainda reduz ligeiramente o efeito e piora a segmentação.

Por outro lado, em um estudo focalizado em adolescentes do sexo feminino no Malauí (Baird, McIntosh; Özler, 2011), os resultados na educação foram melhores para as transferências de renda condicionais em relação às incondicionais. As CCTs tiveram desempenho melhor no aumento das taxas de matrícula e na frequência escolar, assim como uma modesta melhora nas notas escolares. Apesar disso, as transferências de renda incondicionais obtiveram resultados muito mais efetivos na redução de casamentos e de gravidez na adolescência.

Na mesma linha, um estudo realizado pelo Banco Mundial encontrou algumas diferenças entre transferências de renda condicionais e incondicionais (Akresh; Walque; Kazianga, 2013). A pesquisa se deu com base em um programa piloto (Nahouri Cash Transfers Pilot Project – NCTPP) de dois anos o qual distribuiu dinheiro aleatoriamente para famílias de baixa renda na zona rural de Burquina Faso. Os resultados indicaram que as UCTs e as CCTs têm impactos semelhantes no aumento das matrículas de crianças que são tradicionalmente priorizadas pelas famílias para frequentar a escola, como meninos, crianças mais capazes e aquelas em idade escolar mais avançada. No entanto, as CCTs se mostraram mais eficazes do que as UCTs para aumentar a matrícula de crianças "marginais", aquelas que inicialmente têm menos probabilidade de frequentar a escola, como meninas, crianças com baixa capacidade e crianças mais novas.

Em mais um estudo comparando o impacto de transferências condicionais e incondicionais, Fenton *et al.* (2016) analisaram dados de um estudo randomizado controlado realizado em 4.043 residências do Zimbábue de 2009 a 2010. Em ambas as transferências, houve aumento da proporção de crianças com frequência escolar acima de 80% em medidas praticamente iguais (7,2 a 7,6% em média), exceto no quintil menos pobre, onde apenas a CCT aumentou a frequência. Os participantes da CCT tiveram uma probabilidade 0,69 menor de

repetir a série escolar em comparação com o grupo de controle, enquanto os participantes da UCT não tiveram redução na repetição de séries.

Buscando ainda verificar as diferenças entre transferências condicionais e incondicionais, Baird e colegas (2014) realizaram uma revisão sistemática usando dados de 75 relatórios que abrangem 35 estudos diferentes. Os autores constataam que tanto as CCTs quanto as UCTs melhoram as chances de matrícula e frequência escolar em comparação com nenhum programa de transferência de renda. Os tamanhos dos efeitos para matrícula e frequência são sempre maiores para as CCTs em comparação com as UCTs, mas a diferença não é estatisticamente significativa. Quando os programas são categorizados como sem condicionantes escolares; com alguns condicionantes e com monitoramento e coerção mínimos; e com condicionantes explícitos que são monitorados e com coerção, surge um padrão muito mais claro, no qual os programas que são explicitamente condicionados, monitoram o cumprimento e penalizam o não cumprimento têm efeitos substancialmente maiores (60% de melhoria nas chances de matrícula). Ao contrário da matrícula e da frequência, a eficácia dos programas na melhoria das notas dos testes é pequena.

Saavedra e García (2012), em uma meta-análise de 42 estudos sobre o impacto de programas de transferência de renda sobre a educação, chegaram aos seguintes resultados principais: os tamanhos médios dos efeitos das CCTs sobre a matrícula, a frequência e a evasão escolar são todos positivos, estatisticamente significativos e maiores em magnitude para o ensino médio do que para o ensino fundamental; os efeitos são maiores em ambientes com condições iniciais mais baixas; valores mais substanciais de transferência estão positiva e significativamente associados a maiores efeitos nas matrículas no ensino fundamental e médio; a imposição de condicionantes de desempenho (como não reprovar nas disciplinas), além das condicionantes padrão de frequência, estão positivamente associadas a maiores efeitos de matrícula e frequência no ensino médio; e os efeitos são significativamente maiores sobre as matrículas no ensino fundamental em programas que também tentam expandir o lado da oferta por meio de subsídios, infraestrutura ou outros recursos para as escolas.

No estudo sobre o programa da ONG GiveDirectly no Quênia (Haushofer; Shapiro, 2016), no qual se analisaram os efeitos econômicos e psicológicos de transferências incondicionais de renda em residências no oeste do Quênia, não foram encontradas melhorias nos dados de educação, saúde e empoderamento feminino. Segundo os autores, a possível causa se deve à natureza de curto prazo do acompanhamento do estudo, já que esses resultados normalmente aparecem no longo prazo.

Utilizando dados do Great Smoky Mountains Study of Youth, na zona rural da Carolina do Norte (EUA), investigou-se o efeito de uma transferência de renda incondicional proveniente dos lucros de um cassino na reserva indígena de Eastern Cherokee. Uma parte desses lucros é distribuída a cada seis meses em uma base *per capita* igualitária para todos os membros adultos da tribo, independentemente da situação de emprego, renda ou outras características da família. Os indivíduos são elegíveis com base em sua condição preexistente de indígena americano. Os resultados apontaram que as crianças das famílias beneficiadas têm níveis mais altos de educação e uma incidência menor de criminalidade por delitos menores, e que um adicional de US\$ 4.000 por ano para as famílias mais pobres aumenta o nível de escolaridade em um ano, aos 21 anos, e reduz as chances de cometer um crime menor em 22%, para jovens de 16 e 17 anos (Akee *et al.*, 2010).

É importante analisar o impacto do maior programa social do Brasil, o PBF. Os resultados apontam para um efeito positivo da CCT brasileira sobre a educação. Cavalcanti, Costa e Silva (2013) encontraram um impacto positivo e significativo da condicionalidade sobre a frequência escolar das crianças abaixo de 17 anos, com uma magnitude maior do que a própria transferência monetária. Na mesma linha, Amaral e Monteiro (2013) verificaram que o PBF se mostrou responsável por uma redução nas chances de evasão escolar (entre 33% e 57%) para

três limites de renda familiar *per capita* diferentes no ano de 2005. Para 2009, os resultados não foram estatisticamente significativos, apesar de terem apontado também para uma redução da evasão. Silva, Brandão e Dalt (2009) também encontraram impactos positivos do Bolsa Família na escolaridade das crianças e dos adolescentes. No artigo de Simões e Sabates (2014), encontraram-se evidências de contribuições positivas do PBF para os resultados escolares em função ao efeito tempo e ao efeito renda do programa, apontando que quanto maior o tempo de recebimento e quanto maior o valor do benefício, melhores os resultados.

No presente trabalho, investigou-se o efeito do programa Renda Básica de Cidadania do município de Maricá na educação básica, de forma a avaliar a política pública implementada e seus possíveis efeitos. A hipótese é a de que o programa teria melhorado o desempenho e a frequência escolar dos estudantes, aumentando, como consequência, os índices educacionais do município. A hipótese proposta está alinhada com os resultados de estudos indicando que transferências de renda tem o potencial de melhorar a educação através do aumento das matrículas e da frequência escolar, da redução da evasão e da repetição de série, como consequência da redução do trabalho infantil, de casamentos e gravidez na adolescência, da melhora na nutrição das crianças e do incentivo a frequentar a escola (Adato; Bassett, 2009; Baird; McIntosh; Özler, 2011; Akresh; Walque; Kazianza, 2013; Baird *et al.*, 2014; Benhassine *et al.*, 2015; Bastagli *et al.*, 2016; Fenton *et al.*, 2016; Bastian; Michelmores, 2018).

3 METODOLOGIA

3.1 Coleta de dados

Utilizaram-se dados do Ideb antes e depois do início do tratamento para a unidade de tratamento (Maricá) e para o conjunto de municípios utilizados, a fim de compor o controle sintético, formado por uma média ponderada de municípios com características similares. O conjunto de variáveis de controle, usado de forma a criar o contrafactual mais adequado, é composto de dados municipais de população, PIB *per capita*, percentual de cobertura do PBF e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

O Ideb foi criado em 2007 e é a combinação de dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação e abandono escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O índice varia de 0 a 10 (Brasil, [2022?]).

Um ponto importante a ser destacado é a influência da pandemia de covid-19 nos resultados do Ideb de 2021. Por um lado, houve queda na aprendizagem medida através das notas do Saeb. Segundo o Inep (Brasil, 2022), a aplicação das provas foi estruturada de forma a permitir a comparabilidade entre as edições. No entanto, o contexto educacional atípico imposto pela pandemia (período de suspensão das atividades de ensino, aulas remotas e revisão dos currículos e dos critérios) teve reflexos na avaliação. Por outro lado, houve um aumento das taxas de aprovação dos alunos. Isso se deu devido a ajustes nos critérios de aprovação, já que a maior parte dos estados adotou a aprovação automática (Brasil, 2022).

3.2 Descrição dos dados

Para esta análise, foram utilizados os índices municipais do Ideb ensino fundamental anos iniciais (Ideb EF AI) e do Ideb ensino fundamental anos finais (Ideb EF AF) das escolas públicas. Ou somente Ideb AI e Ideb AF.

Foram excluídos da amostra os municípios que não possuíam a série completa de indicadores para o período de análise, entre 2005 e 2021. Ou seja, para os casos em que não havia Ideb calculado para um dos anos do intervalo, a unidade foi retirada da amostra. Então dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, foram selecionados 78 para a amostra da

variável Ideb AI e outras 78 unidades para a variável Ideb AF, incluindo-se aí a unidade de tratamento Maricá.

As tabelas 1 e 2 apresentam o resumo das estatísticas sobre as características básicas e as variáveis de análise de Maricá e dos demais municípios da amostra analisada, comparando os períodos pré-tratamento e pós-tratamento. São apresentadas as médias, o desvio padrão e o número de municípios (n).

A variável dependente deste estudo é o Ideb. Para o cenário 1 foram utilizados os dados do Ideb AI e para o cenário 2 os dados do Ideb AF. Os dados do Ideb ensino médio na esfera municipal só estão disponíveis a partir de 2017, por esse motivo essa variável não foi analisada. Os dados de Ideb AI e Ideb AF estão disponíveis a partir do ano de 2005 e são publicados a cada dois anos.

Para as variáveis preditoras pré-tratamento, utilizadas para a determinação do contrafactual, utilizaram-se o seguinte conjunto de índices municipais: Ideb, população, taxa de cobertura do Bolsa Família, PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Municipal da Firjan.

Tabela 1 — Estatísticas resumidas – média (desvio padrão): Ideb AI

Tabela 2 — Estatísticas resumidas – média (desvio padrão): Ideb AF

	Maricá, n = 1		Pool de doadores, n = 77			Maricá, n = 1		Pool de doadores, n = 77	
	Pré- tratamento 2005-2013	Pós- tratamento 2014-2021	Pré- tratamento 2005-2013	Pós- tratamento 2014-2021		Pré- tratamento 2005-2013	Pós- tratamento 2014-2021	Pré- tratamento 2005-2013	Pós- tratamento 2014-2021
Ideb EF AI	4,32 (0,36)	5,35 (0,31)	4,50 (0,67)	5,39 (0,55)	Ideb EF AF	3,70 (0,16)	4,53 (0,74)	3,77 (0,59)	4,45 (0,56)
População	119.069 (18.222)	157.108 (9.249)	190.213 (719.422)	203.386 (763.665)	População	119.069 (18.222)	157.108 (9.249)	194.102 (719.917)	207.397 (764.315)
PBF Cobertura	5,78% (0,04)	4,11% (0,00)	9,38% (0,34)	6,29% (0,02)	PBF Cobertura	5,78% (0,04)	4,11% (0,00)	9,52% (0,34)	6,42% (0,02)
PIB <i>per capita</i>	18.078,33 (14.255,68)	115.977,92 (93.474,83)	28.806,36 (42.445,98)	22.947,96 (23.391,31)	PIB <i>per capita</i>	18.078,33 (14.255,68)	115.977,92 (93.474,83)	28.234,03 (42.506,94)	22.529,44 (23.365,37)
IFDM	0,68 (0,05)	0,71 (-)	0,69 (0,07)	0,70 (0,06)	IFDM	0,68 (0,05)	0,71 (-)	0,69 (0,07)	0,69 (0,06)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

3.3 Método de controle sintético

O método de pesquisa utilizado no trabalho é o controle sintético. Trata-se de um método estatístico do tipo quase-experimento, comumente utilizado para medição dos efeitos de uma intervenção em estudos de caso comparativos. Nele o contrafactual é criado a partir de uma combinação ponderada de unidades de controle, de forma a criar uma unidade sintética com características similares à unidade de tratamento. Esse método, portanto, combina elementos de estimativas por pareamento e diferenças em diferenças (Jones; Marinescu, 2022). De acordo com Abadie, Diamond e Hainmuller (2010), a ideia por trás da abordagem é que uma combinação de regiões muitas vezes fornece uma melhor comparação para a região exposta à intervenção do que qualquer uma das unidades individualmente.

O modelo proposto parte das seguintes premissas: inicia-se com um painel com $J + 1$ unidades de análise (municípios); supõe-se que somente a primeira unidade ($J = 1$) seja a unidade tratada, ou seja, a região afetada pela política em questão; as J unidades restantes constituem o conjunto de unidades de comparação em potencial.

Usando as técnicas descritas, construiu-se uma Maricá sintética que reflete os valores dos preditores do Ideb antes da implementação do PRBC. Estimou-se o efeito do programa sobre o Ideb como a diferença nos índices entre Maricá e sua versão sintética nos anos após o início das transferências de renda.

Em seguida, realizaram-se testes de placebo aplicando o método de controle sintético aos municípios do conjunto de doadores, os quais não implementaram um programa de renda básica de larga escala durante o período de amostragem do estudo. O objetivo foi avaliar a significância estatística de estimativas, procurando responder se os resultados poderiam ter sido obtidos inteiramente por acaso.

A ideia do teste de placebo é semelhante à estrutura clássica da inferência de permutação, em que a distribuição de uma estatística de teste é calculada sob permutações aleatórias das atribuições das unidades de amostra aos grupos de intervenção e não intervenção (Abadie; Diamond; Hainmuller, 2010).

Para avaliar a significância das estimativas, realizaram-se uma série de estudos placebo aplicando iterativamente o MCS usado para estimar o efeito da PRBC em Maricá em todos os outros municípios do *pool* de doadores. Em cada iteração, reatribuiu-se a intervenção a um dos municípios de controle. Procedeu-se como se cada um dos municípios tivesse aprovado um programa de renda básica em 2013. Em seguida, calculou-se o efeito estimado associado a cada execução de placebo. Esse procedimento iterativo forneceu uma distribuição de diferenças estimadas para os municípios onde não houve intervenção.

Os testes de placebo permitiram calcular o resultado da MSPE (*mean squared prediction error*) pré e pós-intervenção para Maricá e para o *pool* de municípios não tratados (placebos). A partir disso, foi calculada a razão entre a MSPE pré e pós-intervenção.

Para verificar a significância estatística dos resultados, adotou-se o valor-p de Fisher. De acordo com a definição de Fisher, um resultado somente pode ser aceito como verdadeiro se há 95% de probabilidade do mesmo ser genuíno. Ou seja, há somente 5% de chances de o resultado ter ocorrido por acaso. Para tal, o valor-p precisa ser menor que 0,05. Com isso, há 95% de confiança do resultado ser verdadeiro, portanto, há significância estatística (Field, 2009). A partir da comparação da razão MSPE pré e pós-intervenção entre o Maricá e o conjunto de doadores, foi possível calcular o valor-p para a unidade de tratamento.

Caso os estudos com placebo criem *gaps* de magnitude semelhante à estimada para a Maricá, interpreta-se que a análise não forneceu evidências significativas de um efeito positivo. Se, por outro lado, os testes de placebo mostraram que a diferença estimada para a Maricá é excepcionalmente grande, em relação às diferenças para os municípios que não implementaram o programa de renda básica, interpreta-se que a análise fornece evidências significativas de um efeito positivo do PRBC sobre o Ideb.

4 RESULTADOS

4.1 Resultados do método do controle sintético

4.1.1 Variável de resultado Ideb anos iniciais

Os pesos estimados foram usados para obter a Maricá sintética e compará-la com a Maricá real nas características pré-tratamento. Os resultados exibidos na tabela 3 mostram que Maricá sintética é muito semelhante à Maricá real em todas as covariáveis usadas na estimativa. Em contraste, a média da amostra de todos os municípios do estado do RJ não parece fornecer um grupo de controle adequado.

A figura 1 mostra a trajetória do Ideb AI para Maricá e seu contrafactual sintético de 2005 a 2021. O índice na Maricá sintética se assemelha muito à tendência dessa variável para a Maricá real durante todo o período anterior à implementação do programa. Isso confirma que

a combinação de municípios no *pool* de doadores pode efetivamente reproduzir as características de Maricá antes da implementação da política. A estimativa do efeito da política sobre o Ideb em Maricá é dada pela diferença entre Maricá real e sua contraparte sintética após a implementação da política em 2013. Após essa data, as linhas oscilam e, a partir de 2017, percebe-se um efeito positivo em Maricá em relação a seu contrafactual.

A figura 2 mostra os *gaps* no Ideb AI entre Maricá real e sintética. É possível identificar a pouca diferença entre os índices no período pré-tratamento e um efeito inicial negativo após o início do tratamento, com uma posterior melhora no índice a partir de 2015. O tamanho do efeito estimado do programa pode ser visualizado na tabela 4. No período de 2014 a 2021, o efeito médio do tratamento foi de 0,12 a cada 2 anos.

A figura 3 exibe os resultados do teste de placebo. As linhas cinzas representam a diferença associada a cada uma das execuções do teste. Ou seja, as linhas cinzas mostram a diferença do Ideb AI entre cada município no *pool* de doadores e sua respectiva versão sintética. A linha colorida indica a diferença estimada para Maricá. É possível identificar o efeito positivo para Maricá; no entanto, há placebos com resultado superior.

De forma complementar, a figura 4 mostra a distribuição de frequências das razões MSPE pré e pós-intervenção para Maricá e os placebos. Para melhor visualização do gráfico, utilizou-se o logaritmo natural da razão MSPE. Maricá obteve a nona maior razão MSPE entre os 78 municípios, com um valor-p de 0,1154, o que significa que há uma probabilidade de 11,5% de o resultado ter sido obtido ao acaso.

4.1.2 Variável de resultado Ideb anos finais

Da mesma forma como para Ideb AI, os pesos estimados foram usados para obter a Maricá sintética e compará-la com a Maricá real nas características pré-tratamento. Os resultados exibidos na tabela 5 mostram uma Maricá sintética semelhante à Maricá real em todas as covariáveis utilizadas.

A figura 5 mostra a trajetória do Ideb AI para Maricá e seu contrafactual sintético de 2005 a 2021. O índice na Maricá sintética se assemelha muito à tendência dessa variável para a Maricá real durante todo o período anterior à implementação do programa. Isso confirma que a combinação de municípios no *pool* de doadores pode efetivamente reproduzir as características de Maricá antes da implementação da política. A estimativa do efeito da política sobre o Ideb em Maricá é dada pela diferença entre Maricá real e sua contraparte sintética após a implementação da política em 2013. Após essa data, as linhas oscilam e, a partir de 2017, percebe-se um efeito positivo em Maricá em relação a seu contrafactual; da mesma forma com que ocorre com a variável Ideb AI, mas com um efeito positivo mais acentuado.

A figura 6 mostra os *gaps* no Ideb AF entre Maricá real e sintética. É possível identificar a pouca diferença entre os índices no período pré-tratamento. E um efeito inicial negativo após 2013, com uma posterior melhora no índice a partir de 2017. A magnitude do efeito estimado do PRBC pode ser visualizada na tabela 6. No período de 2014 a 2021, o efeito médio do tratamento foi de 0,15 pontos a cada 2 anos.

De forma similar ao Ideb AI, a figura 7 exibe os resultados do teste de placebo para o Ideb AF. As linhas cinzas representam a diferença associada a cada uma das execuções do teste, ou seja, as linhas cinzas mostram a diferença do Ideb AF entre cada município no conjunto de doadores e sua respectiva versão sintética. A linha colorida indica a diferença estimada para Maricá. É possível identificar em destaque o efeito positivo para Maricá.

A figura 8 mostra a distribuição de frequências das razões MSPE pré e pós-intervenção para Maricá e os placebos. Maricá obteve a maior razão MSPE entre os 78 municípios, com um valor-p de 0,0128. O que demonstra que, quando se reatribui o tratamento para outros municípios, há uma probabilidade muito baixa de se obter uma diferença tão grande quanto a obtida para Maricá, em relação ao Ideb AF.

Tabela 3 — Média das variáveis pré-tratamento:
Ideb AI

	Maricá	Maricá Sintética	Amostra
IFDM	0,68	0,68	0,69
Cobertura PBF	5,78%	7,03%	9,38%
PIB <i>per capita</i> (R\$)	18.078	18.085	28.806
População	119.069	119.110	190.213
Ideb AI	4,32	4,32	4,50

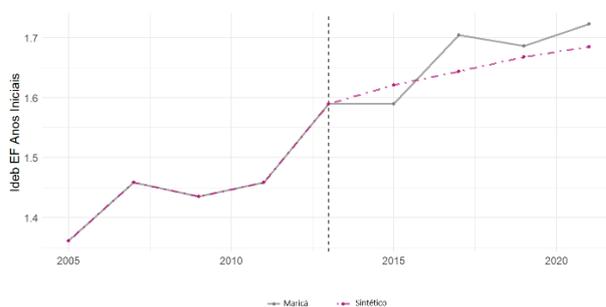
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Tabela 5 — Efeito médio do tratamento: Ideb AI

	Maricá	Maricá Sintético
2005	3,90	3,90
2007	4,30	4,30
2009	4,20	4,20
2011	4,30	4,30
2013	4,90	4,90
2015	4,90	5,06
2017	5,50	5,17
2019	5,40	5,30
2021	5,60	5,39
Média (2005 - 2013)	4,32	4,32
Média (2014 - 2021)	5,35	5,23
Diferença entre médias	1,03	0,91
Efeito	0,12	

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 1 — Resultado Maricá x Maricá sintética:
Ideb AI



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Tabela 4 — Média das variáveis pré-tratamento:
Ideb AF

	Maricá	Maricá Sintética	Amostra
IFDM	0,68	0,68	0,69
Cobertura PBF	5,78%	5,78%	9,52%
PIB <i>per capita</i> (R\$)	18.078	18.080	28.234
População	119.069	119.057	194.102
Ideb AF	3,70	3,68	3,77

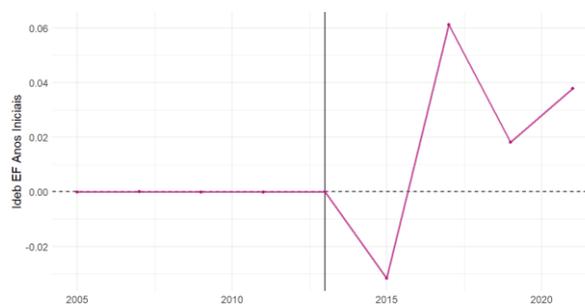
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Tabela 6 — Efeito médio do tratamento: Ideb AF

	Maricá	Maricá Sintético
2005	3,70	3,70
2007	3,50	3,50
2009	3,90	3,80
2011	3,80	3,80
2013	3,60	3,60
2015	3,70	4,10
2017	4,20	4,24
2019	4,80	4,21
2021	5,40	4,88
Média (2005 - 2013)	3,7	3,68
Média (2014 - 2021)	4,53	4,36
Diferença entre médias	0,83	0,68
Efeito	0,15	

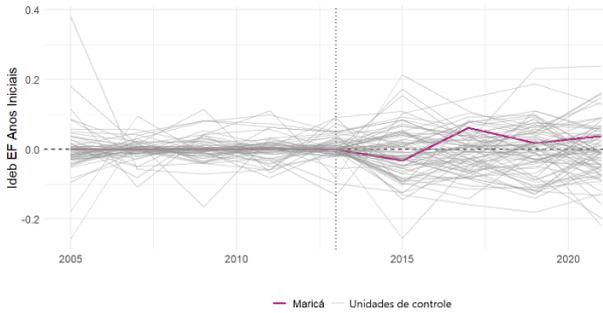
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 2 — Gap entre Maricá x Maricá sintética:
Ideb AI



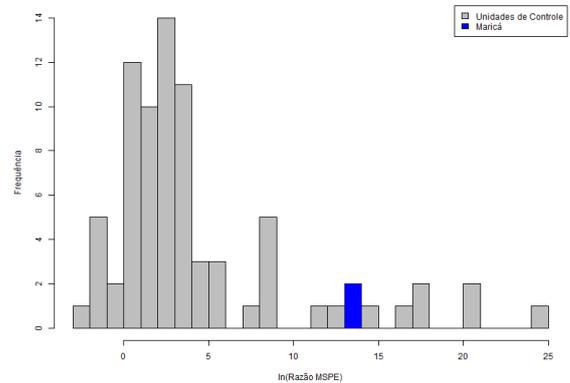
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 3 — Diferenças entre os placebos e Maricá: Ideb AI



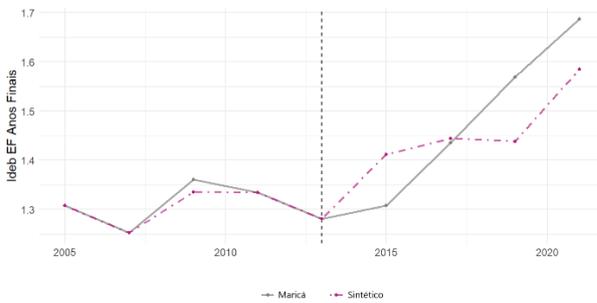
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 4 — Razão MSPE pré e pós-intervenção de Maricá e controle: Ideb AI



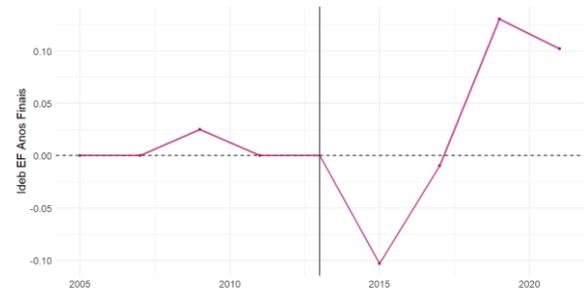
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 5 — Resultado Maricá x Maricá sintética: Ideb AF



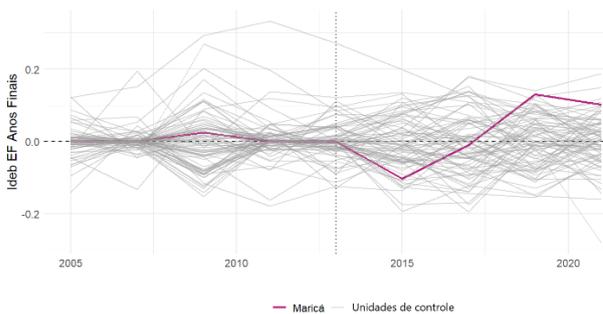
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 6 — Gap entre Maricá x Maricá sintética: Ideb AF



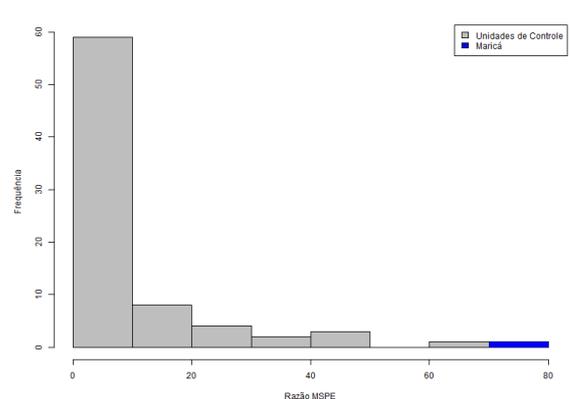
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 7 — Diferenças entre os placebos e Maricá: Ideb AF



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 8 — Razão MSPE pré e pós-intervenção de Maricá e controle: Ideb AF



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.2 Interpretação dos resultados

O objetivo deste estudo foi determinar o efeito da implementação de transferências de renda e das políticas de Economia Solidária em Maricá sobre os índices de qualidade da educação. Os resultados sugerem que, após a introdução de programas de transferência de renda no contexto da Economia Solidária em 2013, os índices de educação ficaram mais altos do que

o previsto pelo controle sintético, ainda que não significativo para todos os modelos observados. O controle sintético representa como seria o Ideb de Maricá na ausência dos programas de transferência de renda e de Economia Solidária.

O efeito sobre a variável de resultado Ideb AF foi positivo e estatisticamente significativo. O efeito médio do tratamento foi de 0,15 pontos a cada 2 anos. Em relação ao teste de robustez dos resultados, Maricá obteve a maior razão MSPE entre os 78 municípios do *pool* de doadores, calculando-se um valor-p exato de Fisher de 0,0128. O que demonstra que, quando se reatribui o tratamento para outros municípios, há uma probabilidade muito baixa de se obter uma diferença tão grande quanto a obtida para Maricá, em relação a essa variável de resultado.

Quanto à variável Ideb AI, o efeito do PRBC também foi positivo, mas sem significância estatística. No período de 2014 a 2021, o efeito médio do tratamento foi de 0,12 pontos a cada 2 anos. E, ao executar os testes de placebo, Maricá obteve a nona maior razão MSPE entre os 78 municípios, produzindo um valor-p de 0,1154. Acima do valor de $p < 0,05$, ou seja, sem significância.

Os resultados positivos do programa nos índices educacionais estão em consonância com estudos prévios que apontam que transferências condicionais e incondicionais de renda têm efeitos positivos no aumento das matrículas e da frequência escolar e na redução da evasão, da repetição de série e do trabalho infantil (Adato; Bassett, 2009; Baird; McIntosh; Özler, 2011; Akresh; Walque; Kazianga, 2013; Baird *et al.*, 2014; Benhassine *et al.*, 2015; Bastagli *et al.*, 2016; Fenton *et al.*, 2016; Bastian; Michelmores, 2018). Os efeitos positivos podem ser explicados pela melhoria nas condições das famílias dos estudantes, proporcionando uma melhor cobertura das despesas escolares, compensação da perda de renda quando as crianças são enviadas para a escola em vez de trabalhar e da garantia que crianças sejam mais bem nutridas na escola.

Isso é particularmente coerente com os resultados do presente trabalho para os parâmetros de fluxo escolar que compõem o Ideb (aprovação e abandono escolar), obtidos no Censo Escolar.

A outra parcela do índice diz respeito às médias de desempenho escolar obtidas do Saeb. No quesito desempenho os resultados positivos encontrados são mais modestos, quando são identificados (Baird, McIntosh; Özler, 2011; Baird *et al.*, 2014). Bastagli *et al.* (2016) não encontraram um padrão claro de impacto para os resultados de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo. A justificativa, em parte, é a de que eles resultam de uma interação dinâmica entre fatores biológicos, sociais e ambientais, incluindo aí a qualidade dos serviços prestados.

A evolução gradual nos valores transferidos e no número de beneficiários é uma das possíveis justificativas para os resultados negativos entre 2013 e 2015, já que resultados para variáveis educacionais ocorrem em escalas de tempo mais longas (Haushofer; Shapiro, 2016). E valores mais substanciais de transferência de renda estão associados a maiores efeitos na educação, ao menos nas taxas de matrículas (Saavedra; García, 2012). Com um número maior de beneficiários, valores mais elevados e mais tempo de exposição ao tratamento, os efeitos positivos começaram a surgir.

Quanto aos efeitos maiores e mais significativos no Ideb nos anos finais do ensino fundamental em relação ao Ideb anos iniciais, um possível fator de influência é o Programa Mumbuca Futuro, visto que a iniciativa concede benefícios mensais para alunos de escolas públicas a partir do 6º ano do ensino fundamental, o que corresponde aos anos finais do Ideb, além de depósitos anuais, condicionados à aprovação do aluno. O programa teve início em 2018, possivelmente afetando os resultados do Ideb de 2019 e 2021.

Ainda sobre os efeitos mais significativos no Ideb AF em relação ao Ideb AI, um trabalho analisando 42 estudos encontrou como resultado que os tamanhos médios dos efeitos das transferências são maiores para o ensino médio em relação ao fundamental nas variáveis de

matrícula, frequência e evasão escolar (Saavedra; García, 2012). O que pode indicar que quanto mais avançadas as séries escolares, maiores os efeitos das transferências na educação.

O mesmo estudo de Saavedra e García (2012) encontrou como resultado que os efeitos das transferências são maiores em ambientes com condições iniciais em patamares mais baixos, o que pode explicar o melhor desempenho do Ideb anos finais em relação aos anos iniciais, já que o Ideb AI calculado em 2013 era de 4,9, enquanto o Ideb AF era de apenas 3,6 no mesmo ano.

Conforme Bastagli *et al.* (2016), é de se esperar, em teoria, impactos positivos das transferências de renda sobre o aprendizado, especialmente nos casos das transferências condicionais com o objetivo específico de aumentar a frequência escolar. Se os alunos frequentarem a escola com mais regularidade e atingirem níveis mais altos de escolaridade, eles poderão obter pontuações mais altas nos testes do que as crianças não beneficiárias. As transferências também podem estimular aumentos nos gastos familiares, resultando em melhor segurança alimentar e situação nutricional das crianças, o que, por sua vez, também pode afetar positivamente a capacidade cognitiva e a eficiência do aprendizado no longo prazo. No entanto, o impacto final de um programa de transferência de renda sobre os resultados do aprendizado dependerá de vários fatores moderadores relacionados ao projeto e sua implementação e a fatores contextuais, incluindo as taxas iniciais (pré-tratamento) de matrículas, nutrição das crianças, práticas parentais de criação, capital humano dos pais e intervenções adicionais que melhorem a qualidade do ensino, o que torna extremamente difícil identificar um impacto linear da renda adicional.

Como limitação do estudo, nota-se que pode ter sido difícil identificar o efeito de apenas uma das várias políticas públicas implementadas de forma concomitante em Maricá. Este estudo identifica o efeito de um conjunto de políticas, sendo a principal delas o Programa de Renda Básica de Cidadania.

Além disso, as transferências de renda implementadas passaram por diversas fases de aprimoramento em um curto período até chegarem ao formato atual; portanto, o tempo para avaliar os resultados das medidas é curto. Outro ponto limitador importante para o estudo foi a pandemia de covid-19. Foram intensos os efeitos socioeconômicos, especialmente no âmbito escolar, com o fechamento das escolas e a implementação de aulas remotas. Conforme descrito no capítulo de metodologia, houve queda nas notas do Saeb e aumento das taxas de aprovação, devido à adoção da aprovação automática por muitos estados. Dessa forma, é preciso ter cautela ao comparar os resultados, sendo necessárias mais pesquisas para avaliar o impacto de longo prazo das medidas implementadas e o efeito da pandemia nos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente automação e robotização vem ocasionando a substituição maciça de trabalhadores por computadores, intensificando os processos de concentração de renda e desigualdade social. A pandemia de covid-19 amplificou ainda mais e expôs esses problemas de desigualdade e da inadequação dos sistemas atuais de proteção social. É toda essa situação de crise econômica e vulnerabilidade reacendeu o debate sobre formas de proteção social e uma renda mínima para a população.

Parte da narrativa sobre a renda básica universal é que os sistemas de proteção social, especialmente nos países de renda mais alta, estão se tornando ultrapassados em função de mudanças estruturais na demografia, no emprego e na cultura. Os sistemas são, portanto, antiquados e inadequados para lidar com os desafios do século XXI. Nesse contexto, as transferências de renda têm sido cada vez mais adotadas por governos como estratégia de redução da pobreza e proteção social.

Os resultados indicaram que a Renda Básica de Cidadania de Maricá melhorou os índices educacionais do município. Os resultados positivos estão em consonância com estudos prévios que apontam que transferências condicionais e incondicionais de renda tem efeitos positivos no aumento das matrículas e da frequência escolar e na redução da evasão, da repetição de série e do trabalho infantil (Adato; Bassett, 2009; Baird; McIntosh; Özler, 2011; Akresh; Walque; Kazianga, 2013; Baird *et al.*, 2014; Benhassine *et al.*, 2015; Bastagli *et al.*, 2016; Fenton *et al.*, 2016; Bastian; Michelmore, 2018).

O PRBC de Maricá passou ao final de 2023 por um salto de transformação, com a inclusão de aproximadamente 50 mil novos beneficiários, atingindo um número de quase 92 mil pessoas, um aumento de 113%. O valor da transferência passará dos atuais 200 para 230 reais e a exigência de tempo mínimo de moradia na cidade deixará de existir (Maricá, 2023a; Cristiane, 2023). O programa vai se aproximar ainda mais de uma universalização das transferências, beneficiando quase metade da população de Maricá. Fato que suscita ainda mais a importância de novos estudos para melhor entendimento dos efeitos de uma RBU na educação e em outros aspectos socioeconômicos, permitindo uma compreensão mais ampla dessa política pública de proteção social.

6 REFERÊNCIAS

ABADIE, Alberto. Using synthetic controls: Feasibility, data requirements, and methodological aspects. **Journal of Economic Literature**, v. 59, n. 2, p. 391-425, 2021.

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Comparative politics and the synthetic control method. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 59, n. 2, p. 495-510, 2015.

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American statistical Association**, v. 105, n. 490, p. 493-505, 2010.

ADATO, Michelle; BASSETT, Lucy. Social protection to support vulnerable children and families: the potential of cash transfers to protect education, health and nutrition. **AIDS care**, v. 21, n. sup1, p. 60-75, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09540120903112351>. Acesso em: 6 mar. 2024.

AKEE, Randall K. Q.; COPELAND, William E.; KEELER, Gordon; ANGOLD, Adrian; COSTELLO, E. Jane. Parents' incomes and children's outcomes: a quasi-experiment using transfer payments from casino profits. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 2, n. 1, p. 86-115, 2010.

AKRESH, Richard; WALQUE, Damien; KAZIANGA, Harounan. Cash transfers and child schooling: evidence from a randomized evaluation of the role of conditionality. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 6340, 2013.

AMARAL, Ernesto Friedrich de L.; MONTEIRO, Vinícius do P. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013.

BAIRD, Sarah; FERREIRA, Francisco H. G.; ÖZLER, Berk; WOOLCOCK, Michael. Conditional, unconditional and everything in between: a systematic review of the effects of cash transfer programmes on schooling outcomes. **Journal of Development Effectiveness**, v. 6, n. 1, p. 1-43, 2014.

BAIRD, Sarah; MCINTOSH, Craig; ÖZLER, Berk. Cash or condition? Evidence from a cash transfer experiment. **The Quarterly journal of economics**, v. 126, n. 4, p. 1709-1753, 2011.

BANERJEE, Abhijit; NIEHAUS, Paul; SURI, Tavneet. Universal basic income in the developing world. **Annual Review of Economics**, v. 11, p. 959-983, 2019.

BASTAGLI, Francesca; HAGEN-ZANKER, Jessica; STURGE, Georgina. Cash transfers: what does the evidence say. A rigorous review of programme impact and the role of design and implementation features. **London: ODI**, v. 1, n. 7, p. 1, 2016.

BASTIAN, Jacob; MICHELMORE, Katherine. The long-term impact of the earned income tax credit on children's education and employment outcomes. **Journal of Labor Economics**, v. 36, n. 4, p. 1127-1163, 2018.

BENHASSINE, Najy *et al.* Turning a shove into a nudge? A "labeled cash transfer" for education. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 7, n. 3, p. 86-125, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Ministério da Educação, [2022?]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/Ideb>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **MEC e Inep divulgam resultados do Saeb e do Ideb 2021**. Brasília: Ministério da Educação, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021#:~:text=No%20ensino%20fundamental%20dessa%20rede,94%2C4%25%20em%202020>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARDOSO, Eliana; SOUZA, André P. **The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil**. Nashville: Department of Economics, Vanderbilt University, 2003.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, p. 99-128, 2013.

COSTA, Nathan M.; PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento; SIQUEIRA, Diego Zeidan Cardoso; SENRA, Lorena Thevénard. As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 70, p. 171-182, 2020.

CRISTIANE, Renata. Prefeito de Maricá mais que dobra número de beneficiários do programa de renda básica. **O Dia**, [s. l.], 03 nov. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/politica-costa-do-sol/2023/11/6735484-prefeito-de-marica-mais-que-dobra-numero-de-beneficiarios-do-programa-de-renda-basica.html>. Acesso em: 16 abr. 2024.

DE JANVRY, Alain; FINAN, Frederico; SADOULET, Elisabeth. **Evaluating Brazil's Bolsa Escola program: Impact on schooling and municipal roles**. Berkeley: University of California at Berkeley, 2006.

FENTON, Rory *et al.* Wealth differentials in the impact of conditional and unconditional cash transfers on education: findings from a community-randomised controlled trial in Zimbabwe. **Psychology, Health & Medicine**, v. 21, n. 8, p. 909-917, 2016.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GENTILINI, Ugo; GROSH, Margaret; RIGOLINI, Jamele; YEMTSOV, Ruslan (ed.). **Exploring universal basic income: a guide to navigating concepts, evidence, and practices.** Washington: World Bank Publications, 2019.

GENTILINI, Ugo; HONORATI, Maddalena; YEMTSOV, Ruslan. **The state of social safety nets 2014.** Washington: The World Bank, 2014.

HAUSHOFER, Johannes; SHAPIRO, Jeremy. The short-term impact of unconditional cash transfers to the poor: experimental evidence from Kenya. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 131, n. 4, p. 1973-2042, 2016.

JONES, Damon; MARINESCU, Ioana. The labor market impacts of universal and permanent cash transfers: evidence from the Alaska Permanent Fund. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 14, n. 2, p. 315-340, 2022.

MARICÁ. Prefeitura de Maricá. **Maricá inclui mais de 50 mil novos beneficiários no programa RBC.** Maricá: Prefeitura de Maricá, 25 out. 2023a. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-inclui-mais-de-50-mil-novos-beneficiarios-no-programa-rbc/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MARICÁ. Prefeitura de Maricá. **Renda Básica de Cidadania.** Maricá: Prefeitura de Maricá, [2023?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/renda-basica-da-cidadania/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SAAVEDRA, Juan E.; GARCÍA, Sandra. Impacts of conditional cash transfer programs on educational outcomes in developing countries: a meta-analysis. **RAND Labor and Population Working Paper Series**, WR-921-1, 2012.

SILVA, Anderson P. da; BRANDÃO, André; DALT, Salette da. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Revista contemporânea de Educação**, v. 4, n. 8, 2009.

SILVA, Jônatas Rodrigues da. **Renda básica como instrumento de liberdade.** 2022. 193 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

SIMÕES, Armando Amorim; SABATES, Ricardo. The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil. **International Journal of Educational Development**, v. 39, p. 141-156, 2014.

VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI? **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 179-210, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000300017>. Acesso em: 17 ago. 2022.